

Notícias: junho a abril de 2011

Inventário Florestal no DF chega ao fim

Equipes conseguiram visitar 65 dos 68 locais escolhidos para integrar o levantamento dos recursos florestais do DF. Resultado deve ser conhecido em dois meses



O levantamento da vegetação do Distrito Federal para o Inventário Florestal Nacional (IFN) terminou com um aproveitamento de mais de 95% das visitas de campo. Dos 68 locais escolhidos para amostragem, apenas três - situados em áreas particulares ou sem autorização de acesso - não foram avaliados.

Segundo o coordenador do IFN no Serviço Florestal Brasileiro, Guilherme Gomide, a população, de modo geral, se mostrou receptiva à presença dos técnicos e às entrevistas para conhecer a sua relação com a floresta. "As equipes conseguiram fazer o levantamento socioambiental conforme o planejado", afirma.

Os dados coletados já foram entregues ao Serviço Florestal, que agora analisará 780 páginas de informações para traçar um diagnóstico sobre os recursos florestais do DF, uma vez que cada unidade de amostra gerou 12 páginas de formulários. Os dados serão digitalizados e avaliados por técnicos e a expectativa é que o documento final esteja pronto em dois meses.

Para garantir a qualidade das informações biológicas e físicas registradas pelas equipes, outro grupo de técnicos esteve em 15, dos 65 pontos de amostra, para comparar os dados anotados nas planilhas com a situação encontrada no local. Esta etapa do IFN no Distrito Federal também já foi encerrada.

Políticas

"As informações geradas pelo Inventário Florestal Nacional devem ajudar a subsidiar ações e políticas públicas, assim como contribuir para o aprimoramento

da metodologia do IFN", afirma o gerente de Informações do Serviço Florestal, Joberto Freitas.

Em cada ponto de amostra, os técnicos coletaram dados sobre número de árvores, espécies, altura, diâmetro, condição fitossanitária (saúde), antropização e potencial para turismo, entre outros. Ao todo, cerca de 240 itens foram avaliados por local visitado.

O DF foi a primeira unidade da federação a realizar um inventário florestal 40 anos atrás. Conforme documento gerado na época, os tipos florestais e sua proporção em relação à área total do DF eram: campos cerrados, 47%; cerrado propriamente, 36%; matas ciliares, 5,3%; e cerradão, 0,4%. A agricultura ocupava 1,3% e as áreas de banhado, 0,9%.

Os dados coletados em 2011 vão proporcionar, entre outros, uma comparação histórica com a cobertura florestal encontrada no DF há quatro décadas. "Este é um exemplo da riqueza de informação e possibilidades de análise de tendências contidas em um inventário que ocorrerá a nível nacional, agora estruturado para ocorrer em períodos de cinco anos", afirma a diretora de Pesquisa e Informação do Serviço Florestal, Cláudia Ramos.

Publicado: quinta-feira, 30 de junho de 2011, 16h54.

Diretor de Meio Ambiente da União Europeia elogia gestão florestal para Oeste do Pará

A delegação da Comissão Européia demonstrou grande interesse em conhecer como funciona a política de gestão de florestas públicas no Brasil. Na quarta-feira (29/06), o diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Pires, apresentou as ações do Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação ao diretor geral de Meio Ambiente da Comissão Européia Karl Falkenberg e demais integrantes da comitiva em Santarém.

Depois de ter conferido o manejo florestal comunitário do Projeto Ambé, realizado por cooperados da Coomflona e a apresentação das ações dos órgãos executores do Projeto, Falkenberg disse ter ficado impressionado com a forma de gestão das florestas nacionais. Ainda confessou que tem muito a aprender sobre o manejo realizado pela Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), pois a situação das áreas em que é responsável na Europa é muito distinta do que ocorre no Brasil. A experiência que está sendo implantada no Brasil envolve a participação da comunidade por meio dos conselhos consultivos e deliberativos, especialmente na região de influência da BR-163, onde está sendo implementado o primeiro Distrito Florestal Sustentável do país, o DFS da BR-163.

Outro aspecto levantado por Falkenberg, foi a limitação que os servidores dos órgãos de meio ambiente enfrentam, como a incapacidade de cuidar de grandes extensões de áreas protegidas. Por isso, ele achou muito importante o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e demais parceiros, de capacitar comunidades para que compreendam a necessidade de se manter as florestas em pé.

Mauro Pires, do MMA, respondeu a muitas dúvidas da comitiva e explicou que a concessão florestal no Brasil está dando os primeiros passos. Nesse sentido, o Projeto BR-163 está dando um forte apoio para consolidação do DFS da BR-163, através da viabilização de estudos, censos das Flonas, pesquisas em diversas áreas de conhecimento e do fortalecimento da sociedade civil.

Além Falkenberg, integraram a comitiva, Nicholas Hanley, chefe da unidade de Relações Internacionais e Alargamento da Direção de Assuntos Internacionais da Diretoria de Meio Ambiente da Comissão Européia e Peter Wehrheim, chefe da Unidade de Financiamento da Luta contra as Alterações Climáticas e Desmatamento da Diretoria de Ação Climática da Comissão Europeia. A delegação também visitou as áreas do Programa LBA, experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia.

Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação

Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação conta com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO Brasil) e recursos doados pela Comissão Europeia. A execução é do Ministério do Meio Ambiente. O Projeto foi concebido com o objetivo de contribuir para a diminuição do desmatamento na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), por meio de ações voltadas ao fortalecimento do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e ao fortalecimento da sociedade civil.

Fonte: Silvia Marcuzzo/ Projeto BR-163

Publicado: quinta-feira, 30 de junho de 2011, 16h53.

Serviço Florestal seleciona coordenador para o FNDF

CHAMADA DE CANDIDATOS À COORDENADOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

O Serviço Florestal Brasileiro inicia o processo de seleção de Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Esse sistema de escolha

objetiva identificar nomes que atendam às expectativas e aos objetivos técnicos e administrativos estabelecidos pelo órgão para o exercício de cargo comissionado.

1. Objetivo do trabalho

Coordenar as ações referentes ao FNDF com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis.

2. Contexto

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006) é um fundo público de natureza contábil, gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro. Tem por finalidade fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. Dentre suas áreas prioritárias estão: pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica e extensão florestal; e a capacitação em manejo florestal. Sua regulamentação se deu por meio do Decreto nº 7.167/2010 e sua operação teve início em 2010 com a publicação do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) - instrumento de planejamento do fundo - e o lançamento de 4 Chamadas Públicas para a seleção de projetos.

3. Atividades

Dentre as atividades previstas para o Coordenador do FNDF estão incluídas:

- Elaborar Chamadas Públicas e Termos de Referência para a seleção de projetos;
- Coordenar processos de descentralização de recursos;
- Acompanhar, monitorar e fiscalizar convênios, contratos de repasse, termos de cooperação;
- Prospectar oportunidades de recursos para o desenvolvimento florestal;
- Articular com outros fundos socioambientais e demais instrumentos de fomento ações de promoção do desenvolvimento florestal;
- Promover estudos e levantamentos sobre o financiamento e fomento florestal;
- Contribuir na elaboração de estudos e pareceres que subsidiem o planejamento das ações da Gerência de Fomento e de outras ações prioritárias do Serviço Florestal;

- Elaborar relatórios técnicos circunstanciados dos resultados e metas alcançados em contribuição ao relatório anual de gestão de florestas públicas, e demais relatórios técnico-financeiros institucionais.

4. Perfil desejado

O profissional a ser selecionado deve possuir as seguintes características:

Ter formação acadêmica de nível superior, desejável mestrado e/ou doutorado nas áreas de ciências agrárias, biológicas, florestais, ou afins;

Experiência na área ambiental e experiência mínima de 2 anos em processos de fomento ambiental - seleção de projetos, monitoramento de projetos - preferencialmente na área florestal;

Experiência na formulação e implementação de políticas públicas;

Experiência na coordenação de projetos com equipe multidisciplinar;

Capacidade de interlocução com instituições governamentais e não-governamentais, setor privado e atores de fomento/financiamento;

Capacidade de comunicação oral e escrita, bem como organização e processamento de informações.

5. Regime e local de trabalho

O candidato selecionado será nomeado para ocupar o cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior (DAS 101.3), para trabalho em regime de dedicação exclusiva à função na sede do Serviço Florestal Brasileiro em Brasília/DF. Candidatos que sejam Servidores Públicos Federais devem observar o disposto na Lei Nº 11.526 - de 4 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 5/10/2007.

6. Supervisão dos trabalhos

O Coordenador do FNDF será supervisionado pelo Gerente Executivo de Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, ao qual reportará suas ações.

7. Forma de participar

Os candidatos deverão encaminhar **até o dia 15 de julho de 2011**, para o endereço eletrônico gabinete@florestal.gov.br, os seguintes documentos: (I) currículum vitae e (II) texto de até duas páginas expressando a sua visão sobre a seguinte temática: potencialidades e limitações do fomento florestal no Brasil e o papel do FNDF neste contexto.

Publicado: quarta-feira, 29 de junho de 2011, 16h56.

Serviço Florestal abre licitação para atender assentados na Caatinga

Instituições interessadas em prestar serviços de elaboração de plano de manejo e assistência técnica para atividades florestais podem enviar proposta de preço até 8 de julho

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) publicou no dia 28 de junho [edital](#) voltado à contratação de entidades para elaborar planos de manejo florestal e prestar assistência técnica em atividades florestais sustentáveis para assentamentos na Caatinga. Os candidatos têm até o dia 8 de julho para apresentar a proposta de preço.

A concorrência é aberta a empresas, cooperativas, organizações não governamentais e instituições e será realizada por meio de pregão eletrônico - modalidade de licitação em que os candidatos realizam a oferta pela internet.

Quem vencer a licitação será contratado para prestar os serviços na área florestal para cinco assentamentos no Piauí, o que irá beneficiar mais de 300 famílias. A área manejada deve chegar a 1.000 hectares.

Com o apoio à agricultores familiares no Piauí, o Serviço Florestal passa a atuar em três, dos seis estados da região Nordeste com maior índice de perda da cobertura vegetal nos últimos anos. Mais de 30 assentamentos em Pernambuco e na Paraíba já recebem assistência do SFB para o manejo em cerca de 6.000 hectares.

Fundo

Os assentamentos que serão beneficiados foram escolhidos por meio de chamada pública de projetos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) destinada a promover o manejo florestal sustentável na Caatinga, que tem como principais produtos a lenha e o carvão.

"Está comprovado que os agricultores familiares têm, no manejo, uma fonte alternativa de renda durante o período seco, quando as atividades agrícolas estão paralisadas", afirma o chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal, Newton Barcellos.

O Piauí apresentou a terceira maior taxa de desmatamento entre os estados do Nordeste, segundo levantamento divulgado em junho pelo Ministério do Meio Ambiente. Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga já perdeu 45,6% de sua cobertura florestal.

Informações

Interessados no processo de licitação poderão tirar dúvidas com a Gerência de Fomento do Serviço Florestal pelo telefone (61) 2028-7263 ou e-mail fndf@florestal.gov.br. Para mais informações, basta

acessar www.florestal.gov.br, em FNDF (menu à esquerda) e, em seguida, o item Licitações.

Publicado: terça-feira, 28 de junho de 2011, 16h57.

Manejo florestal na Caatinga terá R\$ 3 milhões do MMA e Fundo Socioambiental da Caixa

Recurso vai viabilizar produção sustentável de lenha para atender indústrias do pólo gesseiro - que fornece 95% do produto demandado pelo mercado nacional - e pólo ceramista

O manejo florestal na Caatinga vai receber cerca de R\$ 3 milhões, dos R\$ 6 milhões que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Fundo Socioambiental da Caixa vão destinar para ações no bioma, conforme Termo de Referência publicado no dia 20 de junho. O Serviço Florestal Brasileiro participou na formulação do documento.

O objetivo é estimular a produção de lenha, por meio do manejo florestal comunitário e familiar, nos municípios que fornecem essa matéria-prima para dois grandes pólos econômicos do Nordeste, o de gesso, na região da Chapada do Araripe e o de cerâmica, na região do Baixo Jaguaribe, e contribuir para a manutenção da Caatinga, que já perdeu 45,6% de sua cobertura florestal.

"Esta iniciativa pretende conciliar o uso e a conservação da Caatinga, uma vez que a lenha tem papel muito importante na produção de insumos para a construção civil e seu manejo adequado garantirá segurança energética para as empresas, renda adicional para os agricultores e a manutenção do bioma" afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Os recursos do Termo são voltados a produtores rurais em assentamentos das regiões do Baixo Jaguaribe, no Ceará, e da mesorregião da Chapada do Araripe, nos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Mais de 130 municípios têm potencial para serem atendidos.

Com a iniciativa, a área manejada na Caatinga com apoio do MMA, por meio do Serviço Florestal, aumentará mais de três vezes. O edital vai viabilizar o manejo em no mínimo 15 mil hectares. A área atendida atualmente pelo Serviço Florestal é de 7 mil hectares em mais de 30 assentamentos.

O Termo de Referência terá ainda outras duas chamadas: eficiência energética para a sustentabilidade na produção de insumos da construção civil, com o objetivo de implementar ações de eficiência energética em quase 300 empresas dos pólos gesseiro e ceramistas, e para propostas de difusão de tecnologias para a construção de 2 mil fogões à lenha mais eficientes.

O gerente substituto de Fomento do Serviço Florestal, João Paulo Sotero, ressalta que a promoção de ações para a eficiência energética "são muito importantes pois mesmo sendo um combustível renovável é necessário aumentar a eficiência na queima da lenha, diminuindo assim a demanda por este recurso florestal".

Sustentabilidade

Segundo o gerente Nacional de Meio Ambiente da Caixa, Jean Benevides, o uso de recursos do Fundo Socioambiental - que corresponde a 2% do lucro líquido do banco - em atividades sustentáveis na Caatinga foi motivada pelo interesse em aliar a agenda de desenvolvimento à de conservação.

"Os pólos do gesso e da cerâmica são importantes para a economia local do Nordeste. A proposta é, se eles precisam da lenha para desenvolver a atividade produtiva, que é importante para a economia local, essa lenha precisa ser manejada de forma sustentável para que ela não falte", afirma.

O manejo funciona num sistema em que, a cada ano, o produtor tira lenha de apenas uma parte do terreno. No ano seguinte, o recurso florestal é extraído de outro talhão, e assim sucessivamente, para que a vegetação se regenere numa área enquanto ele trabalha em outra. O agricultor familiar volta a retirar lenha do primeiro talhão depois de 15 anos.

De acordo com a diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA, Ana Beatriz de Oliveira, a expectativa é que o resultado do processo de seleção do Termo de Referência saia no dia 4 de outubro e "nós já tenhamos as instituições definidas, os projetos prontos e a partir dali vai para a CAIXA para a assinatura dos contratos e a descentralização dos recursos".

O FNMA selecionará os projetos juntamente com as demais unidades do MMA envolvidas. Na área de manejo florestal comunitário e familiar, o Serviço Florestal acompanhará e monitorará a execução dos projetos.

Ana Beatriz destaca a importância de unir três pontas nesse processo, ou seja, recursos advindos de um banco, mais um fundo público com experiência na seleção de projetos, somado ao Ministério e suas secretarias e órgãos vinculados, formuladores das políticas públicas. "Nós, da área de fomento, vamos procurar nelas [demais unidades do MMA] quais são as prioridades, estabelecer as estratégias e outro agente de fomento entra com o recurso. Essa é uma triangulação muito boa", afirma.

[Acesse aqui o termo de referência](#)

Publicado: terça-feira, 21 de junho de 2011, 17h07.

Flona do Tapajós mapeia atividades produtivas

A Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, no Pará, acaba de concluir o levantamento das atividades produtivas - agrícolas e florestais - praticadas pelas comunidades residentes no interior da unidade.

O trabalho foi feito em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Projeto Floresta em Pé, do Ibama, e a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona). Ao todo, foram visitadas 19 comunidades entre junho de 2010 e maio de 2011.

A Flona abriga diversas iniciativas de manejo de recursos naturais como a extração de óleos vegetais, sementes e látex. Além da extração de produtos e subprodutos da floresta, há a produção agrícola. Juntas, essas atividades são a base de sobrevivência de muitas famílias residentes na unidade de conservação (UC).

As atividades tradicionais de utilização e aproveitamento dos produtos da floresta sempre foram grandes aliadas na manutenção da floresta em pé. As comunidades da Flona situadas nas margens do Rio Tapajós, quando comparadas às demais comunidades da UC, apresentam menores taxas anuais de desmatamento. Uma das explicações está no retorno econômico que essas populações têm ao manter a floresta conservada, aliado a fatores sociais e culturais.

Levantamento

Durante a coleta de informações foram visitadas as comunidades de São Domingos, Maguary, Jamaraquá, Jaguarari, Pedreira, Piquiatuba, Tauari, Pini, Taquara, Prainha II, Prainha I, Itapaiuna, Paraíso, Jutuarana, Itapuama, Nazaré, Marituba, Acaratinga e Marai.

Em todas elas, foram feitas reuniões com a participação de moradores que desenvolvem atividades extrativistas, produção agrícola e turismo de base comunitária. Nas reuniões, as pessoas indicaram diversas atividades, dentre elas a produção agrícola - farinha de mandioca, cupuaçu para consumo e comercialização e produtos para subsistência como milho, feijão e macaxeira - e o extrativismo - látex, andiroba, semente de cumaru e açaí.

Nos levantamentos, foram observados que os moradores vendem a maior parte da produção nas próprias comunidades da Flona e no comércio de Santarém (PA), mas sentem dificuldade em escoar a produção, em razão da má qualidade das estradas e o preço do transporte. Além disso, ficou evidente a opção das populações pelo plantio da mandioca. Praticamente todas as famílias cultivam a raiz.

Algumas comunidades mantêm ações financiadas pelo Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo), como movelarias comunitárias,

oficinas caboclas, marchetaria, criação de abelhas, sistema agroflorestais (SAF), óleos (andiroba e copaíba), artesanatos e couro ecológico.

Com o levantamento concluído, a equipe de trabalho da Flona prepara agora uma oficina de planejamento, que contará com a presença de representações comunitárias, instituições de pesquisa e demais parceiros, para análise dos resultados obtidos.

A oficina deverá ser realizada em agosto. Com isso, a equipe da Flona espera que as instituições de governo e a Coomflona, com apoio das associações comunitárias, possam oferecer subsídios para nortear e estruturar as ações de fomento e fortalecimento das atividades produtivas da Flona do Tapajós.

Fonte: Ascom/ICMBio

Publicado: terça-feira, 21 de junho de 2011, 17h00.

Fundo Florestal atualiza cadastro de prestadores de serviço

Entidades terão informações sobre processos de licitação para escolha de fornecedores nas áreas atendidas pelo Fundo, como manejo florestal

O Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), está cadastrando potenciais fornecedores de capacitação e assistência técnica por meio de formulário na internet. Aqueles que já fazem parte do banco de dados poderão atualizar suas informações.

Segundo o coordenador do FNDF, João Paulo Sotero, o cadastro é uma forma de conhecer prestadores de serviços nas áreas de atuação do Fundo, que em 2010 selecionou projetos voltados à realização do manejo florestal na Amazônia e na Caatinga, além de restauração florestal na Mata Atlântica.

"As entidades que se cadastrarem receberão orientações sobre as regras para ser contratado pela administração federal, por exemplo, a documentação necessária, além de informes sobre a abertura de processos de licitação para escolha de fornecedores", afirma Sotero.

Ele explica que não haverá tratamento privilegiado e que instituições que não estiverem no cadastro do Fundo poderão participar das licitações. "Queremos com esta ação orientar potenciais prestadores de serviços, sobretudo aqueles menores e com dificuldade de acesso as informações, para que possam se organizar e participar das concorrências."

Em 2010 o FNDF selecionou demandas e beneficiários por meio de 4 Chamadas Públicas - capacitação e assistência técnica para o manejo florestal na Amazônia e

Caatinga e para a restauração florestal na Mata Atlântica. Após a análise dos projetos, foram elaborados Termos de Referência para a realização das licitações. A expectativa é que os prestadores de serviços especializados sejam contratados nos próximos meses.

O formulário para cadastro de fornecedores está disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal e aberto aos interessados como empresas, públicas ou privadas, cooperativas, organizações não governamentais e outras entidades que possam celebrar contratos de fornecimento para a administração pública direta.

[Clique aqui para acessar o documento.](#)

Informações para a imprensa

Divisão de Comunicação - Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7277 / 2028-7293

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 17 de junho de 2011, 17h08.

Garantia para assinatura de contrato de concessão florestal na BR-163 deve ser apresentada até 28 de junho

As empresas vencedoras da licitação para concessão de 210 mil hectares na Floresta Nacional do Amana, no Oeste do Pará, têm até o dia 28 de junho para apresentar a garantia necessária à assinatura dos contratos. O aviso foi publicado no Diário Oficial da União, nesta segunda-feira (13).

Ao todo, foram licitadas cinco Unidades de Manejo Florestal (UMFs). As vencedoras foram as cooperativas Extrativista e Agroindustrial da Amazônia (Coopex Amazônia) e Produtores Extrativistas do Rio Pindobal (Coopexbal) e a microempresa Irmãos Schweickert. Elas terão o direito de manejar de forma sustentável, 108 mil, 73 mil e 29 mil hectares da floresta, respectivamente.

A assinatura dos contratos será realizada na sede do Serviço Florestal (SCEN Trecho 2, Lote 4, Bloco H, Brasília-DF).

Veja [*aqui*](#) o DOU.

Publicado: quarta-feira, 15 de junho de 2011, 14h45.

Serviço Florestal encerra licitação para concessão florestal na BR-163

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) publicou no Diário Oficial da União de hoje, 8 de junho, [a homologação e a adjudicação](#) do processo de licitação para concessão de 210 mil hectares na Floresta Nacional do Amana, no oeste do Pará.

Este ato declara oficialmente como vencedoras da licitação as cooperativas Extrativista e Agroindustrial da Amazônia (Coopex Amazônia) e Produtores Extrativistas do Rio Pindobal (Coopexbal) e a microempresa Irmãos Schweickert. Elas terão o direito de manejar de forma sustentável, 108, 73 e 29 mil hectares da floresta, respectivamente.

Após esta etapa, o SFB publicará o aviso de convocação para assinatura dos contratos. Depois da convocação, os licitantes vencedores terão 10 dias úteis para apresentar a garantia contratual e assinar os contratos.

Os interessados na licitação devem acompanhar as decisões do SFB por meio do Diário Oficial da União, onde todos os atos são publicados.

Publicado: quinta-feira, 09 de junho de 2011, 14h52.

Atividades econômicas em UCs brasileiras podem gerar R\$ 5 bilhões por ano

Se exploradas economicamente de forma adequada, as unidades de conservação (UCs) brasileiras - principais instrumentos de proteção da biodiversidade no País - têm potencial de gerar, numa estimativa conservadora, de R\$ 5 a 10 bilhões por ano, a partir de 2016. Esta cifra é oriunda apenas de uma parte de serviços ecossistêmicos que podem ser prestados por estas áreas protegidas, e não abrange o valor monetário da emissão evitada de 2,8 bilhões de toneladas de carbono com a criação das UCs, cujo valor monetário é avaliado em R\$ 96 bilhões.

A conclusão é do estudo Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional, lançado nesta terça-feira (07/6), na sede do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) em Brasília, e promovido pelo MMA, Pnuma e Ipea, com apoio da Embaixada Britânica e da Cooperação Técnica Alemã (GIZ).

Os levantamentos realizados indicam que, com os investimentos adequados, o potencial de gerar contribuição econômica local e regional nas regiões de UCs pode chegar, por exemplo, de R\$ 1,2 a 2,2 bilhões por ano, considerando-se apenas a produção de maneira em tora nativa nas florestas nacionais e estaduais da Amazônia, que pode ser alcançada em áreas manejadas segundo o modelo de concessão do Serviço Florestal Brasileiro.

No estudo, foram contemplados apenas cinco dos diversos serviços ecossistêmicos prestados pelas UCs: produtos florestais, produtos não madeireiros, turismo em unidades de conservação, armazenamento de carbono, água e repartição de receitas tributárias.

Segundo Rodrigo Medeiros, um dos autores da publicação, a intenção do projeto é demonstrar como os investimentos já feitos e os que ainda devem ser aplicados

podem contribuir para o desenvolvimento e inclusão social de parte significativa da sociedade brasileira.

"A grande mensagem que queremos passar é que existem muitas oportunidades de negócios e geração de renda. Pode parecer um desafio, pois, a princípio, todos vão pensar na origem dos recursos para novos investimentos. Mas apenas em uma categoria de atividade, como, por exemplo, a extração de madeira em torno na Amazônia, já conseguiríamos os recursos necessários para se investir no sistema de UCs, fomentando o potencial de geração de renda nas áreas protegidas", afirma Medeiros.

Ele explica que, atualmente, o orçamento destinado para a manutenção dessas áreas protegidas é de R\$ 300 milhões, mas o estudo chegou à conclusão de que seriam necessários investimentos de pelo menos R\$ 1 bilhão para alavancar o potencial econômico das UCs.

"Se houver investimentos de maneira adequada, os ganhos podem ser tão significativos e importantes quanto de qualquer outro setor produtivo relevante do País", afirma Carlos Eduardo Young, o outro autor do estudo.

Em relação a atividades não madeireiras, como a exploração da borracha, considerando-se a produção de apenas 11 reservas extrativistas, cuja população estimada está em torno de 22 mil indivíduos, existe um potencial de geração de renda de R\$ 16 a 17 milhões por ano, com uma produção de cerca de 3,7 mil toneladas. A renda média anual por coletor seria de R\$ 1.886, apenas com esta atividade complementar nestas 11 áreas.

Já a castanha coletada em apenas 17 reservas extrativistas federais, em uma área de 6,6 milhões de hectares, pode gerar quase R\$ 40 milhões por ano, ocasionando uma renda média de R\$ 4.100 por coletor anualmente.

Além disso, o impacto econômico de atividades turísticas em parques e florestas nacionais, considerando-se a estimativa de fluxo de turistas projetadas para o País (cerca de 13,7 milhões de pessoas) até 2016, pode gerar entre R\$ 1,6 e 1,8 bilhão por ano.

A criação e manutenção de UCs também evita o desmatamento e ajuda e mitigar os gases de efeito estufa. Apenas o valor do estoque de emissões evitadas pelas UCs está avaliado em pelo menos R\$ 96 bilhões.

No que se refere à água, 80% da geração hidrelétrica do Brasil vem de fontes geradoras que têm pelo menos um curso d'água, como riachos, rios e córregos, oriundo de UCs, e 9% da água para consumo humano é captada diretamente nessas áreas. Outro dado relevante apontado é que 4% da água para agricultura e irrigação é captada dentro ou a jusante de alguma UC.

O estudo revela ainda que, em 2009, a receita real de ICMS ecológico repassada aos municípios pela existência de UCs em seus territórios foi de R\$ 402,7 milhões, e que a receita potencial de 12 estados que ainda não têm legislação ecológica seria de outros R\$ 14,9 milhões.

De acordo com o secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias, a publicação é fundamental porque apresenta indicadores econômicos que vão contribuir para o debate da manutenção da biodiversidade associada ao desenvolvimento do País. "Não se trata de reduzir o valor dos recursos naturais a números, mas de retomar o aspecto econômico no debate da conservação e comprovar que é possível ter lucro com atividades sustentáveis. Floresta não é problema, e sim solução, também do ponto de vista econômico", afirma.

Fonte: Ascom/MMA

Publicado: quarta-feira, 08 de junho de 2011, 15h16.

Ação individual também é importante para conservar as florestas

Exigir madeira de origem legal e evitar incêndios florestais são algumas atitudes que cada cidadão pode ter para proteger os recursos florestais. Tema foi abordado em palestra na Semana do Meio Ambiente

Uma série de ações governamentais são realizadas para proteger e conservar as florestas do país - que ocupam mais de 516 milhões de hectares e colocam o Brasil como segundo país com a maior área florestal do mundo -, mas cada cidadão também pode ajudar a valorizar a riqueza florestal daqui.

Em palestra na Semana do Meio Ambiente no dia 2 de junho, a coordenadora de Integração de Informação do Serviço Florestal, Cláudia Rosa, enumerou algumas. "As pessoas devem ficar atentas à origem da madeira que compram, para saber se teve origem legal e sustentável. Cada um pode ajudar nessa mudança", afirma.

O mercado interno, ao contrário se poderia imaginar, é o maior consumidor de madeira nativa da Amazônia. Nada menos que 79% dos 14 milhões de metros cúbicos produzidos na região em 2009 destinaram-se ao consumo no próprio país. O Distrito Federal, caso fosse um município, seria o quarto na lista dos que mais consumem madeira serrada. Entre 2007 e 2009 foram 174 mil metros cúbicos.

Outras formas de a população contribuir com as florestas são evitar incêndios, valorizar os produtos da sociobiodiversidade - ou seja, aqueles gerados a partir de recursos da floresta em cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares -, promover a cultura de respeito às florestas e participar de reuniões de conselhos ambientais.

A professora aposentada Consuelo de Monte Rosa, moradora do Núcleo Rural Jerivá, no Lago Norte, dá o exemplo. "Participo ativamente da preservação das matas e córregos e luto há 40 anos pela proteção ambiental", afirma.

Admiradora do Cerrado, a professora sugere às pessoas plantar árvores e avisar os órgãos públicos sobre desmatamentos ilegais no bioma. O Cerrado é considerado uma floresta "de cabeça para baixo" por estocar, proporcionalmente, mais carbono no solo que os outros biomas e responder por 20% da biomassa subterrânea das florestas brasileiras.

A manutenção das florestas contribui para a conservação da biodiversidade, regulação do clima e proteção dos rios e de mananciais, entre outros serviços ambientais. Mas além dos aspectos ambientais e econômicos, também tem função recreativa e contemplativa. "Uma paisagem com verde, com matas, traz bem-estar", afirma Cláudia Rosa.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 03 de junho de 2011, 15h40.

Recursos florestais do DF serão avaliados a partir de 2ª feira

Equipes visitarão 68 pontos em 12 regiões administrativas. Planaltina e Brazlândia são os locais com o maior número de locais a serem visitados; técnicos vão analisar as características da vegetação e entrevistar moradores para conhecer sua percepção da floresta

Os recursos florestais do Distrito Federal começam a ser avaliados a partir desta segunda-feira, 6, pelo Serviço Florestal Brasileiro, como parte de uma ação que ocorrerá em todo o país, o Inventário Florestal Nacional.

As equipes do Inventário visitarão 68 localidades no DF, a maior parte em Planaltina e Brazlândia, que terão 17 pontos de amostragem, cada. Em seguida vêm Plano Piloto (8), Paranoá (7), Sobradinho (6), São Sebastião (3) e Gama (3), Santa Maria (2) e Lago Sul (2), Taguatinga (1), Ceilândia (1) e Samambaia (1).

Em cada local, ou ponto de amostra, o grupo de técnicos vai contar o número de árvores, medir o diâmetro e a altura, identificar de que espécies são, coletar solo e material botânico, entre outras variáveis, em um raio de 100 metros.

Brazlândia e o Parque Nacional de Brasília terão tratamento diferenciado por possuírem cobertura florestal bem preservada. Neles, a distância dos pontos de amostragem será de apenas cinco quilômetros. A média no DF é de 10 quilômetros e nos estados, de 20 quilômetros.

Além de gerar informações sobre a quantidade e a qualidade das florestas do DF, o Inventário tem o objetivo de saber como a população se relaciona com esse recurso natural, dado que não fez parte do primeiro inventário do DF, realizado na década de 1970. Para levantar essas informações, serão realizadas entrevistas com moradores que residam próximo ao local de amostra.

O trabalho está previsto para levar em torno de um mês e meio e terá a parceira do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília. Os 15 técnicos treinados para o Inventário serão divididos em três equipes. A ideia é visitar em torno de três pontos de amostra ou mais por semana, dependendo das condições de acesso ao ponto.

Histórico

O DF foi a primeira unidade da federação a fazer o inventário dos seus recursos florestais, em 1971. Naquele ano, o trabalho mostrou a riqueza das matas de galeria, que ocupavam 5,3% do território e contavam cerca de 113 espécies, com uma média de 208 árvores por hectare.

Segundo o Inventário daquele ano, a cobertura florestal se dividia ainda em campos cerrados, que ocupavam 46,88% do DF, o Cerrado propriamente dito, com 35,8% e o cerradão, 0,38%. A agricultura se distribuía por 1,32% do território.

Ao apresentar os resultados, os técnicos ressaltavam que o conhecimento adequado dos recursos florestais disponíveis era fundamental para planejar o desenvolvimento econômico de uma área e destacavam a importância de preservar as matas ciliares, considerando que a população do DF - então em 537 mil habitantes - aumentava rapidamente, assim como seu padrão de vida.

O gerente de Informações do Serviço Florestal e coordenador do Inventário Florestal Nacional, Joberto Freitas, afirma que, como naquela época, as informações sobre os recursos florestais do DF serão importantes para nortear o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas adequadas e que promovam a sustentabilidade.

"O novo levantamento nos mostrará não só as mudanças dos últimos 40 anos, mas as necessidades e as opções que a sociedade tem hoje com relação aos recursos florestais do DF", afirma.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 03 de junho de 2011, 15h33.

SFB promove oficina de desenvolvimento organizacional para lideranças comunitárias em Altamira

O Serviço Florestal Brasileiro realiza a partir de segunda-feira, 6, em Altamira (PA), uma oficina de Desenvolvimento Organizacional Participativo para 30 técnicos de organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias da região da Transamazônica e do rio Xingu, no Pará, ligadas ao manejo florestal comunitário.

O objetivo é permitir que os participantes saibam avaliar organizações comunitárias, como cooperativas e associações, e identificar características que podem ser melhoradas. São analisadas questões como o histórico do grupo, a convivência entre seus integrantes, pontos fortes e situação da organização.

"O diagnóstico culmina na proposição de um plano de intervenção, com intuito de realizar a gestão adequada das associações e cooperativas, e consequentemente de empreendimentos florestais, visando o protagonismo e condições de autogestão e execução de planos de manejo pelas comunidades", afirma o técnico da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do Serviço Florestal, César Tenório.

A oficina vai durar cinco dias e envolverá a Unidade Regional do Serviço Florestal em Santarém (PA), o Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, entre outros órgãos federais e estaduais, além de seis ONGs e duas organizações comunitárias. A capacitação, dividida em módulos, será realizada ao longo do primeiro e segundo semestres do ano.

O Desenvolvimento Organizacional Participativo é um conjunto de instrumentos que reforça processos de mudança organizacional e foi elaborado a partir da demanda da agência alemã de cooperação internacional (GIZ) em 2000 para apoiar processos de desenvolvimento e fortalecimento das organizações de base como comunidades, associações e cooperativas.

Como resultado do curso, espera-se que os participantes (em duplas ou trios formados durante o primeiro módulo presencial) facilitem o processo de um

diagnóstico organizacional participativo e apóiem a organização na elaboração de um plano de atividades para promover a mudança organizacional.

A oficina é realizada pela Unidade Regional do Serviço Florestal em parceria com a GIZ e Organipool, consultoria ligada à cooperação alemã, com apoio da organização não governamental Serviço Cerne, de Altamira.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 03 de junho de 2011, 15h22.

Semana do Meio Ambiente debate importância das florestas

Evento começa nesta quinta-feira, 2, e traz palestra do Serviço Florestal Brasileiro sobre relação das florestas na vida das pessoas

No Ano Internacional das Florestas, o tema aparece entre os destaques da Semana do Meio Ambiente 2011, que começa nesta quinta-feira, 2, em Brasília (DF).

A programação inclui, no primeiro dia, uma palestra sobre "A importância da floresta para a população", que será ministrada pela coordenadora da Gerência de Informações do Serviço Florestal Brasileiro Cláudia Rosa, às 16h, na Concha Acústica.

Além de trazer os principais dados sobre as florestas do país - que ocupam mais de 60% do território - serão abordados aspectos econômicos, serviços ambientais que a floresta presta, como proteção de mananciais e regulação do clima -, ligação das florestas com o dia a dia e como conservá-las.

"Vamos mostrar também como o Inventário Florestal Nacional que, no Distrito Federal, começa a ser realizado nesta segunda-feira, ajudará a trazer informações sobre a quantidade e a qualidade das florestas do país", afirma Cláudia Rosa.

Água

A Semana vai debater o tema da água também na quinta, em palestra do ambientalista Gérard Moss sobre o projeto Rios Voadores, que busca identificar a origem do vapor de água transportado pelas massas de ar vindos da Amazônia e quantificar o papel da evapotranspiração da floresta amazônica nas chuvas que caem nas regiões mais ao sul. O projeto tem parceria com a Agência Nacional de Águas.

Consumo sustentável e Cidadania serão discutidos na sexta-feira, 3, pela coordenadora de Consumo Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Fernanda Daltro, que fará palestra sobre o assunto.

Na segunda-feira, 6, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fala sobre Meio Ambiente, crescimento e sustentabilidade. Em seguida, haverá o lançamento do filme "TeVe, um olhar reciclado" e exposição sobre resíduos sólidos, no auditório do Ibama.

Ao longo da Semana, haverá exposição de carros e motos em comemoração aos 25 anos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), oficina de reciclagem de garrafas PET, de caixas de leite, de jornal e crochê com sacolas plásticas, feira de oportunidades, ambientais, trilha agrosensitiva, campeonatos esportivos e shows com atrações locais e nacionais.

As comemorações incluem ainda a Assinatura do Decreto de Criação do Grupo de Trabalho Rio+20 e o Seminário Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional.

O evento tem a participação do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Distrito Federal. Confira a programação aqui.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: quinta-feira, 02 de junho de 2011, 15h47.

Plano de Outorga Florestal 2012 está aberto a consulta pública

Interessados podem encaminhar sugestões até o dia 29 de junho

O Serviço Florestal Brasileiro abriu para consulta pública o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2012, documento elaborado anualmente com o objetivo de planejar a produção florestal sustentável por intermédio da concessão de florestas públicas.

O Plano descreve as áreas que poderão ser submetidas à concessão, meio pelo qual empreendedores podem ter acesso a florestas públicas para praticar manejo florestal sustentável e explorar produtos e serviços. O prazo para envio de sugestões vai até 29 de junho.

"A consulta pública do PAOF permite que a sociedade conheça com antecedência as florestas públicas passíveis de concessão florestal no período de sua vigência, os mecanismos utilizados para essa escolha e, consequentemente, possa contribuir para o processo", afirma o gerente de Planejamento do Serviço Florestal, José Humberto Chaves.

As sugestões podem ser encaminhadas por órgãos federais, estaduais e municipais, ou qualquer pessoa da sociedade civil, e serão avaliadas para a elaboração do documento final, que será publicado até 31 de julho.

O PAOF é um documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei no 11.284/2006 e sua elaboração envolve consulta ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a definição das Florestas Nacionais, ao Conselho de Defesa Nacional, uma vez que envolve áreas em região de fronteira, à Secretaria do Patrimônio da União e à Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

As contribuições devem ser enviadas para o e-mail planejamento@florestal.gov.br. Para acessar a versão preliminar do Plano, *clique aqui*.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: terça-feira, 31 de maio de 2011, 15h54.

Serviço Florestal participa de II Encontro de Jornalistas do Norte

As concessões florestais e as ações para fortalecer o manejo florestal em comunidades na Amazônia serão apresentadas pelo Serviço Florestal Brasileiro nesta terça-feira, 31, durante o II Encontro de Jornalistas do Norte, promovido pela Fundação Banco do Brasil. O tema será abordado pelo diretor geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, às 9h, no painel Políticas Públicas e Tecnologias Sociais para a Amazônia, do qual participam integrantes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). O encontro ocorre em Porto Velho (RO) desde o dia 29 de maio com o tema Amazônia, Comunicação e Tecnologia Social: Interação e Sustentabilidade.

Publicado: segunda-feira, 30 de maio de 2011, 15h57.

Assentados no Pará têm parceria desvantajosa com madeireiros

Agricultores obtêm ganho pontual ao permitir extração das empresas nos seus lotes, mas benefícios não se mantêm a longo prazo

Um estudo do Serviço Florestal Brasileiro executado pelo Instituto de Educação de Educação do Brasil (IEB) analisou as relações entre 16 assentamentos no Pará e empresas para a extração de madeira nos lotes e mostra que os agricultores familiares tendem a estabelecer contratos comerciais desvantajosos, sem garantia de que a exploração florestal foi sustentável, sem controle social e com pagamento pela matéria-prima abaixo do mercado.

"O estudo dá claras indicações de como podemos aperfeiçoar as políticas públicas para o manejo comunitário. O Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar é uma das estratégias do governo para superar os gargalos que foram identificados", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Os dados, coletados em 2009 e 2010, mostraram os moradores chegaram a receber R\$ 7,00 por metro cúbico da madeira extraída de suas áreas. Em termos comparativos, uma cooperativa da Floresta Nacional do Tapajós (PA) - que não fez parte do levantamento - e, ao contrário da maioria dos casos estudados, gera todo o processo do manejo, vendeu nos dois últimos anos o metro cúbico de madeira por R\$ 196,00 em média.

Apesar dos baixos pagamentos, a parceria não ocorre à toa. Os assentados geralmente vêm na relação com as empresas uma forma de obter infraestrutura para o assentamento, tanto que o custo das benfeitorias é descontado do valor que recebem das empresas pela madeira. Na maioria dos casos, os agricultores pediram melhorias como estradas, construção de barracões comunitários, escolas, igrejas, pontes e posto de saúde.

Os benefícios atendem a comunidade imediatamente, mas podem não se manter a longo prazo. Depois que o recurso florestal é explorado e a empresa vai embora, cessam os investimentos em benfeitorias e a comunidade tem dificuldade em aportar recursos para dar continuidade aos serviços.

Autogestão

Os assentados poderiam ter uma renda constante com a floresta e usar esse recurso na comunidade caso houvesse um nível de organização que permitisse um maior envolvimento comunitário nas atividades produtivas, na negociação e gestão dos contratos. O uso sustentável da floresta pressupõe um ciclo contínuo em que todo ano haja extração e renda. Mas, uma série de fatores contribuem para que isso não ocorra.

Um deles é a inexistência de conhecimento técnico dos agricultores para trabalhar com a extração florestal. Além disso, falta assistência técnica que os oriente sobre como usar a floresta, recursos financeiros para cobrir os custos da atividade produtiva e regularização ambiental e fundiária dos assentamentos.

Outro fator é a falta de uma relação mais estreita entre as famílias e a atividade florestal, em geral, porque vieram de locais com outras características culturais e socioambientais, ou, mesmo quando são de municípios amazônicos, porque trabalhavam em outras atividades, como o garimpo e a pecuária. A atividade florestal ainda não é vista como uma fonte regular e complementar de renda, como a agricultura e a criação de animais.

Ao mesmo tempo, os empresários vêem nos assentamentos uma alternativa de acesso fácil a áreas para extrair madeira, e se favorecem do despreparo dos comunitários para negociar em condições de desigualdade.

O estudo sugere que seja feita a regularização fundiária e ambiental dos assentamentos e que todos os acordos sejam acompanhados pelo poder público competente. Diz ainda que, sem mecanismos de fomento, assistência técnica e investimentos contínuos no fortalecimento institucional da comunidade, principalmente para modalidades especiais de assentamentos, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), essas iniciativas tendem a não cumprir o objetivo para o qual foram criadas.

para ver a publicação, *clique aqui*

Publicado: sexta-feira, 27 de maio de 2011, 16h04.

Seminário discute certificação em assentamentos e unidades de conservação

Encontro em Santarém (PA) vai reunir comunidades, sociedade civil e governo para debater produção florestal sustentável frente a novos marcos legais da atividade

O Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) promovem nesta sexta e sábado (27 e 28/05), em Santarém (PA), o Seminário sobre Certificação Florestal em Assentamentos e Unidades de Conservação na Região da BR-163 e Transamazônica.

O encontro vai debater de que forma dispositivos como a certificação podem estimular tanto boas práticas de uso da floresta por comunidades que manejam a floresta quanto promover a participação ativa dos produtores e consumidores no controle da gestão florestal.

Para quem trabalha com produtos florestais, a certificação é uma forma de mostrar ao mercado que o produto teve origem ambientalmente correta, ou seja, que

respeitou as regras de uso sustentável da floresta, entre outros critérios ambientais, sociais e econômicos.

Presença

São esperados cerca de 100 participantes, entre entidades governamentais, organizações da sociedade civil e, principalmente, representantes de comunidades e de cooperativas.

De acordo com Sandra Afonso, da Gerência Executiva de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, esta será uma oportunidade de colher sugestões para ações de fomento ao manejo comunitário. "As discussões sobre a implementação do manejo florestal comunitário em assentamentos de reforma agrária e em unidades de conservação serão fundamentais para subsidiar as ações a serem inseridas nos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar", afirma.

Marco Legal

No evento será discutido ainda o marco legal para o manejo comunitário. Uma instrução normativa publicada este ano estabeleceu uma série de procedimentos que assentados da reforma agrária têm de observar para a realização de manejo florestal dentro dos assentamentos. Uma outra instrução normativa voltada às unidades de conservação está em elaboração.

Durante o Seminário será lançada a publicação de um estudo do Serviço Florestal executado pelo IEB que analisou a relação entre 16 assentamentos do Pará e empresas madeireiras nos anos de 2009 e 2010.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Serviço

Seminário sobre Certificação Florestal em Assentamentos e Unidades de Conservação na Região da BR-163 e Transamazônica

Data: sexta e sábado, dias 27 e 28 de maio de 2011

Local: Av. Mendonça Furtado, 4120 - Barrudada Hotel, Santarém (PA)

Programação

Sexta, 27

8h30 - Boas-vindas e Apresentação dos Participantes

8h45 - Mesa de Abertura

9h15 - Mesa-Redonda 1: O manejo florestal comunitário e a certificação florestal em assentamentos e unidades de conservação

Coord. Marcelo Carneiro (IEB)

Instituições convidadas:

1. IMAFLORA

2. FSC

3. COOPERFLORESTA

4. Central de associações do PA Moju

Debate

12h - Almoço

14h - Estudo das Normativas Incra e ICMBio

16h - Mesa-Redonda 2: O marco legal para o manejo florestal em assentamentos de reforma agrária e em unidades de conservação.

Coord. Manuel Amaral (IEB)

Instituições convidadas:

1. INCRA

2. ICMBIO

3. SEMA/PA

Debate

19h - Evento de Lançamento de Publicações:

1. IEB e SFB

2. Debate (10')

3. Apresentação Cultural e Coquetel

Sábado, 28

8h30 - Mesa-Redonda 3: A construção de uma agenda positiva para o manejo florestal em assentamentos em unidades de Conservação.

Coord. Manuel Amaral (IEB)

Instituições convidadas:

1. Ministério do Meio Ambiente

2. Serviço Florestal Brasileiro

3. Incra-Pronera

4. IFPA-Castanhal

5. Ideflor

10h45 - Discussão dos encaminhamentos relativos ao fomento do manejo florestal comunitário em assentamentos de reforma agrária e unidades de conservação e da articulação das entidades presentes no Seminário

12h - Encerramento

Publicado: quinta-feira, 26 de maio de 2011, 16h20.

SFB oferece curso de Detex e Geoprocessamento no Pará

Órgão treina técnicos da UR DFS BR-163 e da Ufopa

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) realizou entre os dias 23 e 25 de maio, em Santarém (PA), um curso sobre Técnicas de Detecção de Corte Seletivo por Imagem de Satélite (Detex) e Geoprocessamento para os servidores da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 e professores de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Segundo Fernando Ludke, chefe da Unidade Regional, o objetivo do curso era capacitar os participantes para o monitoramento de exploração florestal através de imagem via satélite. "A equipe da UR precisa estar preparada nesta questão para as concessões florestais que vão acontecer aqui na região", relata.

Durante o treinamento, eles aprenderam a detectar o corte de árvores no manejo florestal e analisar a imagem de satélite para poder montar um banco de dados. "O curso vai facilitar a atuação dos técnicos para, a partir da avaliação da imagem, poderem determinar a área que deve ser vistoriada", explica Ludke.

O treinamento foi realizado no laboratório de manejo florestal do curso de Engenharia Florestal da Ufopa com equipamentos fornecidos pelo SFB por meio do Projeto BR-163. "Estes materiais cedidos pelo órgão são para a melhoria na qualificação dos futuros Engenheiros Florestais", conclui o chefe da UR.

A região de influência da BR-163, no Pará, concentra a maior parte das áreas que serão concedidas e estão localizadas nas florestas nacionais (flonas) de Saracá-Taquera, do Amana, do Crepori e de Altamira, entre outras flonas.

Publicado: quinta-feira, 26 de maio de 2011, 16h08.

Serviço Florestal capacita equipe que fará Inventário Florestal no DF

15 profissionais farão um curso de 10 dias para depois ir a campo coletar informações sobre os recursos florestais desta unidade da federação

O Serviço Florestal Brasileiro realiza dos dias 25 de maio a 3 de junho, em Brasília (DF), o curso de capacitação da primeira equipe de profissionais que atuará na coleta de dados do Inventário Florestal Nacional (IFN-BR) no Distrito Federal.

O grupo, de 15 pessoas, será capacitado para realizar o levantamento de informações sobre espécies, biomassa, características da vegetação, uso e ocupação da terra, entre outros, em 68 pontos do DF. Também será feito um levantamento socioambiental para conhecer a relação da população com o recurso florestal.

As atividades do curso ocorrerão na Fazenda Água Limpa (FAL), da Universidade de Brasília - parceira na execução do Inventário nesta unidade da federação -, e envolverão instruções teóricas e atividades de campo para que os participantes atuem de acordo com a metodologia definida e garantam o padrão de qualidade exigido para realização do projeto.

As aulas contarão com instrutores da Embrapa Florestas e Universidade Federal de Santa Maria, além do Serviço Florestal. Após a conclusão do curso, as equipes irão a campo para começar o levantamento, previsto para durar de um a dois meses.

Histórico

Os recursos florestais do DF foram inventariados pela última vez há mais de 30 anos, mas sem a abrangência em que o Inventário Florestal Nacional é realizado. O IFN-BR vai gerar dados inéditos sobre a região e iniciar um processo de monitoramento da cobertura florestal a ser repetido a cada cinco anos.

Saiba Mais

O Inventário Florestal Nacional abrange mais de 22 mil pontos de amostra em todo o país com o objetivo de produzir informações sobre os recursos florestais naturais e plantados do Brasil.

Esses dados servirão de subsídio à formulação de políticas públicas de desenvolvimento, uso e conservação e que poderão subsidiar a elaboração de relatórios para acordos e convenções internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

Dentre os temas de interesse do IFN estão a identificação de espécies florestais, os estoques de biomassa e carbono, a saúde e a vitalidade das florestas, o manejo florestal e a importância social que as florestas desempenham nos dias de hoje para populações locais.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: terça-feira, 24 de maio de 2011, 16h28.

Tecnologia ajuda a identificar mogno e pode evitar comércio ilegal

Pesquisa do Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal mostrou que é possível diferenciar mogno de três espécies muito parecidas com uso de equipamento que usa infravermelho. Técnica é útil em ações de fiscalização

O cerco à madeira ilegal pode ficar ainda mais forte com o uso de uma nova tecnologia que vem sendo aplicada às madeiras tropicais pelo Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro.

Com a ajuda de um equipamento que usa luz infravermelha, os pesquisadores conseguiram distinguir o mogno, que está ameaçado de extinção, de outras três espécies bastante semelhantes a ele, que são a andiroba, o cedro e o curupixá.

O estudo, publicado esta semana no International Association of Wood Anatomists (IAWA) Journal, pode ter impacto principalmente na fiscalização e comercialização de madeira, pois abre a possibilidade de utilizar, no futuro, a técnica para identificar as toras de forma mais objetiva e mais rápida nessas ações.

O método ajudaria a complementar a identificação feita atualmente, que se baseia na análise visual da madeira com o auxílio de uma lupa, e requer que o profissional conheça as características de cada espécie para poder distingui-las.

A pesquisadora Tereza C. M. Pastore, uma das autoras do estudo, diz que a tecnologia é especialmente útil nos casos de identificação mais difíceis, como é o caso de duas das quatro espécies estudadas: o mogno e a andiroba.

"O método consegue predizer a espécie com mais de 95% de certeza, o que é importantíssimo, considerando que o mogno é uma madeira de comércio controlado para exportação e pode ser facilmente confundida com outras espécies da Amazônia", afirma.

Metodologia

Foram necessários quatro anos de estudos para chegar aos resultados. Na primeira etapa da pesquisa, as amostras de madeira foram tratadas e transformadas em pó e só depois analisadas em um aparelho - um espectrômetro - que fornece em segundos o espectro, ou "mapa", da composição química delas.

Estudos com o equipamento associado à análise estatística dos dados mostraram que era possível diferenciar as espécies e motivou a etapa seguinte, de realizar a avaliação com amostras de madeira íntegras (inteiros), mais semelhantes à forma dos materiais fiscalizados nos caminhões durante as ações de fiscalização.

Das 111 amostras, 66 foram utilizadas para montar a base de informações das espécies no espectrômetro, conhecida como calibração. A partir dos dados obtidos e de sua análise estatística, foram criados os modelos para classificar cada espécie.

As amostras restantes serviram para validar os modelos e os resultados confirmaram a expectativa dos pesquisadores. Mesmo com a madeira inteira, a técnica conseguia diferenciar entre si o mogno, o cedro, a andiroba e o curupixá.

A equipe agora avalia se um equipamento portátil que usa a luz infravermelha fornecerá informações confiáveis como os equipamentos de laboratório. Em outra etapa, pretendem ampliar o número de amostras e incluir mais espécies nos estudos.

A pesquisa foi realizada em conjunto com os especialistas em identificação de madeira do Laboratório de Produtos Florestais (LPF)/Serviço Florestal Vera Coradin e José Arlete Camargos, com o químico e professor da Universidade de Brasília (UnB) Jez Willian Batista Braga e com bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF e aluno do curso de Química da UnB Allan Ribeiro Silva.

Publicado: sexta-feira, 20 de maio de 2011, 16h34.

Cooperativas e microempresa vencem 1ª concessão na BR-163, no Pará

Perspectiva é de geração de pelo menos 627 empregos, sendo mais de 90% nos municípios que abrigam a Floresta Nacional do Amana, onde estão os 210 mil hectares para concessão

O processo de licitação da primeira concessão florestal na região de influência da BR-163, no Pará, foi concluído com a escolha de duas cooperativas e uma microempresa para manejar uma área de 210 mil hectares na Floresta Nacional do Amana, situada nos municípios de Itaituba e Jacareacanga.

A Cooperativa dos Produtores Extrativistas do Rio Pindobal (Coopexbal) ganhou o direito de utilizar 72,8 mil hectares ao apresentar as melhores propostas para duas, das cinco unidades de manejo em que está subdividido o lote de concessão.

Já Cooperativa Extrativista e Agroindustrial da Amazônia (Coopex Amazônia) venceu a concorrência para manejar duas unidades que totalizam 108 mil hectares e a microempresa Irmãos Schweickert, ganhou a área de 29 mil hectares. Todos os vencedores são de Jacareacanga, um dos municípios que abriga parte da flona.

A concessão permite a utilização da área para a extração de madeira e produtos não madeireiros, como óleos, cascas e sementes, de forma sustentável e pelo prazo de até 40 anos, período que dura o contrato assinado com o Serviço Florestal Brasileiro.

De acordo com as propostas apresentadas, a perspectiva é de geração pelo menos 627 empregos nas unidades de manejo e na indústria de processamento da madeira, sendo mais de 90% deles para moradores da região.

Já a previsão de receita para o governo federal pela produção madeireira é de mais de R\$ 9 milhões anuais se considerada a extração de toda a metragem cúbica permitida pela legislação ambiental. O potencial produtivo é de 150 mil metros cúbicos de madeira por ano.

Além da Floresta Nacional do Amana, outras áreas serão concedidas na região da BR-163, nas florestas nacionais do Crepori e Altamira, totalizando mais de 800 mil hectares para a produção sustentável de madeira.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 13 de maio de 2011, 16h54.

Concessão busca ser referência para trabalho florestal

Empregos que respeitam o direito do empregado trazem uma nova perspectiva nas relações de trabalho no setor madeireiro na Amazônia

Os funcionários de uma das áreas de manejo da concessão na Floresta Nacional do Jamari (RO), trabalham dentro da floresta com blusas de manga longa, capacetes, botas, e dependendo do caso, até calças especiais. O uniforme, obrigatório, é bem diferente do que eles usariam se trabalhassem na informalidade.

O cuidado com a segurança dos trabalhadores é apenas um dos aspectos que as concessões florestais estimulam. Os profissionais contratados na primeira concessão florestal federal receberam treinamento para aprimorar as técnicas de extração, contam com alojamento, refeitório e transporte.

Até o fim do próximo ano, as contratações nas áreas de concessão da Flona do Jamari devem chegar a pelo menos 370, todas com respeito aos direitos trabalhistas. Na Flona Saracá-Taquera, no Pará, a próxima a entrar em atividade, as contratações serão de pelo menos 106 pessoas.

"Existe a necessidade de demonstrar que o trabalho legal e digno não é custo, e sim, um investimento que retorna em produtividade e satisfação do funcionário. O empresário, para perceber isso, tem que ter uma referência, e as concessões têm esse caráter demonstrativo" afirma o gerente de Concessões do Serviço Florestal Brasileiro, Marcelo Arguelles.

Mudança

O gerente diz que os empregos gerados nas concessões tendem a refletir uma nova forma de organização do setor madeireiro incentivada por essa política de governo, em contraste com a dinâmica da informalidade associada a parte das empresas em operação.

"O setor madeireiro estruturou-se em uma dinâmica nômade, de uso extensivo dos recursos florestais e constantes deslocamentos à medida que esse recurso se esgotava", diz. Essa perspectiva de curto prazo, diz Arguelles, em conjunto com outros fatores, não favoreceu a formação de mão de obra especializada, a capacitação de pessoas e formalização da relação de trabalho.

"Quando uma concessão gera casos de sucesso e aponta para novas formas de organização, com a adoção de uma visão de longo prazo, isso tem um impacto e um reflexo grande sobre a forma na qual as relações de trabalho são estabelecidas. A gente percebe a diferença em todos os aspectos" afirma.

Outros processos de concessão estão em andamento na Flona do Amana (PA), Flona de Jacundá (RO), Flona do Crepori (PA) e Flona Altamira (PA). Os empregos

que serão gerados pela atividade florestal sustentável nessas regiões contribuirão para mostrar que uma nova perspectiva de respeito aos direitos do trabalhador florestal é possível.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: segunda-feira, 02 de maio de 2011, 17h05.

Manejo florestal reduz pobreza entre assentados na Caatinga

Agricultores familiares apoiados pelo Serviço Florestal conseguem renda de quase 2,5 salários mínimos por 30 dias de trabalho no ano quando inserem a atividade florestal no dia a dia

O manejo florestal está ajudando assentados da reforma agrária em Pernambuco a melhorar as condições de vida. Agricultores familiares apoiados pelo Serviço Florestal Brasileiro têm obtido uma renda média de R\$ 1.300 por família em 30 dias de trabalho por ano quando associam essa prática florestal às outras atividades econômicas.

"O uso sustentável dos recursos da Caatinga é uma fonte real de recursos para as famílias, ao mesmo tempo em que ajuda a conservar o único bioma exclusivamente brasileiro", afirma o chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal, Newton Barcellos.

Comunidades de 18 projetos de assentamentos do Incra e do Programa Nacional do Crédito Fundiário têm recebido assistência técnica para realizar todas as etapas do manejo. Isso inclui, por exemplo, planejar o uso da área destinada à atividade e saber selecionar as árvores e arbustos que serão utilizados para obter produtos florestais, principalmente a lenha.

O Serviço Florestal e a Associação Plantas do Nordeste, que realiza a assistência técnica, estão elaborando estudos detalhados comparativos da renda obtida com atividade agrícola, pecuária e florestal.

Conservação

Em média, a área total para extração corresponde a 27% do assentamento, sendo o restante usado para agricultura, criação de pequenos animais e conservação da Caatinga.

A área separada pelas comunidades para o manejo é suficiente para viabilizar a realização do ciclo de corte de 15 anos e tornar o trabalho atrativo economicamente. Na atividade florestal sustentável no bioma Caatinga, somente 1/15 de todo o local voltado para o trabalho florestal, ou seja, em um talhão, pode ser usado a cada ano.

A principal vantagem para os assentados é a garantia de que, no ano seguinte, eles terão um outro talhão para trabalhar, e assim sucessivamente. Como a vegetação é extraída apenas de uma parte da área, quando o agricultor volta nela, as plantas já cresceram e se tornam fonte de renda novamente.

Potencial

Já existem cerca de 5 mil hectares voltados ao manejo na Caatinga em Pernambuco, considerando a área manejada pelos agricultores dos 18 assentamentos apoiados pelo Serviço Florestal e de outros sete assistidos por outras instituições. Juntos, eles já respondem por 30% de toda área autorizada para o manejo no estado.

Existe potencial de expansão dessa atividade sustentável em assentamentos que têm cobertura florestal suficiente e onde a comunidade manifesta interesse. O Serviço Florestal trabalha para ampliar a assistência a agricultores familiares de mais um estado, o Piauí, e para incorporar mais projetos de assentamento, fortalecendo o manejo florestal comunitário e gerando renda.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: sexta-feira, 29 de abril de 2011, 17h15.

Cartilha elaborada por SFB e OIT conscientiza trabalhador florestal

Ajudar os trabalhadores do setor florestal a entender como funcionam as leis que se aplicam à atividade e contribuir para o seu cumprimento é o objetivo da "Cartilha sobre o Trabalho Florestal" elaborada pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A publicação, de 44 páginas, informa os principais direitos do trabalhador, trata de normas de contratação, alerta contra o trabalho escravo e fala das regras para transporte de trabalhadores, madeira e produtos florestais.

Há um capítulo apenas sobre saúde e segurança que aborda os deveres do empregador, como garantir condições adequadas de trabalho, informar os riscos da atividade e as medidas de proteção implantadas. Fotos e desenhos mostram os equipamentos de proteção individual que motosserristas e seus ajudantes, além de tratoristas e engenheiros, devem usar.

A Cartilha traz ainda uma lista de checagem para o trabalhador verificar se os itens de segurança, saúde ocupacional e normas trabalhistas estão sendo cumpridas, e diz quais entidades ele pode procurar se seus direitos forem desrespeitados.

"A proposta do Serviço Florestal é de desenvolvimento de uma iniciativa com os auditores fiscais do trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ibama para uma atuação mais específica na fiscalização trabalhista do setor florestal", afirma a gerente de Monitoramento e Auditoria do Serviço Florestal, Anna Fanzeres.

Publicado: sexta-feira, 29 de abril de 2011, 17h09.

O Serviço Florestal Brasileiro seleciona Chefe de Divisão de Protocolo e Arquivo

O candidato selecionado será nomeado para ocupar o cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior (DAS 101.2). O edital de seleção abaixo descreve os requisitos e a forma de participação dos interessados.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

O Serviço Florestal Brasileiro inicia o processo de seleção de Chefe de Divisão de Protocolo e Arquivo. Este sistema de escolha objetiva identificar nomes que atendam às expectativas e aos objetivos técnicos e administrativos estabelecidos pelo órgão para o exercício de cargo comissionado.

1. Objetivo do trabalho

Chefiar as atividades pertinentes à Divisão de Protocolo e Arquivo, tais como a gestão eletrônica de documentos, gestão de processos e a normatização de procedimentos relativos às atividades de protocolo.

2. Contexto

O Serviço Florestal Brasileiro foi criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006). A Divisão de Protocolo e Arquivo foi criada em 2007 com dois objetivos principais: implementar normas arquivísticas no órgão e implantar um

sistema informatizado. Em janeiro de 2009 foi implantado o Sistema de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), com o objetivo de proporcionar mais segurança e agilidade em relação às informações institucionais. A próxima etapa deste processo será a implementação da certificação digital, que entre outras vantagens, irá proporcionar uma grande redução de volume de papel tramitado no Serviço Florestal.

3. Atividades

Entre outras, seguem as atividades previstas para o Chefe de Divisão de Protocolo e Arquivo:

- gerir a documentação do Serviço Florestal Brasileiro, utilizando-se de normas, garantindo acesso rápido aos documentos, preservando-os e formando a memória institucional;
- normatizar os procedimentos relativos às atividades de protocolo: recebimento, registro, autuação, expedição e tramitação de documentos;
- normatizar os procedimentos de Gestão Documental;
- gerir o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos para o Serviço Florestal Brasileiro, bem como pensar melhorias e verificar os registros realizados;
- acompanhar aplicação Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação Documental da área-meio;
- elaborar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação Documental da área-fim;
- elaborar rotinas administrativas, normas e diretrizes quanto ao tratamento arquivístico dos documentos;
- orientar e acompanhar a execução e implantação das atividades nos arquivos setoriais;
- promover o treinamento dos usuários dos serviços de protocolo e arquivo;
- realizar visitas técnicas de acompanhamento das atividades desenvolvidas nos arquivos setoriais;
- realizar a gestão de processos: abertura, retirada de folhas, juntada, dentre outros aspectos;
- prestar assistência técnica aos Arquivos Setoriais quanto à classificação, eliminação e transferência de documentos.

4. Perfil desejado

- O profissional a ser selecionado deve, preferencialmente, apresentar em seu currículum vitae informações que caracterizem o seguinte perfil:
- Possuir nível superior, preferencialmente em Arquivologia;
- Experiência em arquivo corrente, protocolo, gestão eletrônica de documentos;

- Experiência na Administração Pública Federal;
- Capacidade de comunicação oral e escrita e de liderança de equipes.

5. Regime e local de trabalho

O candidato selecionado será nomeado para ocupar o cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior (DAS 101.2) para trabalho em regime de dedicação exclusiva à função na sede do Serviço Florestal Brasileiro em Brasília/DF. Candidatos que sejam Servidores Públicos Federais devem observar o disposto na Lei Nº 11.526 - de 4/10/2007, publicada no Diário Oficial da União de 5/10/2007.

6. Supervisão dos trabalhos

O Chefe de Divisão de Protocolo e Arquivo será supervisionado pelo Gerente de Administração e Logística do Serviço Florestal Brasileiro, ao qual reportará suas ações.

7. Forma de participar

Os candidatos deverão enviar cartas de inscrição para o cargo até o dia 06 de maio de 2011, para o endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro, gabinete@florestal.gov.br, acompanhadas de currículum vitae e de um texto de até duas páginas, descrevendo a sua visão sobre a importância de gestão documental nos órgãos da Administração Pública federal. Após a análise dos documentos enviados, será realizada pela Gerência de Administração e Logística, uma entrevista presencial com os candidatos selecionados em local, data e hora a serem previamente comunicados.

Vencedores da 1ª concessão florestal na BR-163 podem ser conhecidos nesta
Serviço Florestal realizará sessão de abertura das propostas de preço, última etapa do processo de licitação para manejo de 210 mil hectares na Flona do Amana

O Serviço Florestal Brasileiro abre nesta terça-feira, (26/04), às 9h, em Brasília (DF), os envelopes da proposta de preço da licitação para concessão da Floresta Nacional (Flona) do Amana, no Pará.

A sessão é a última etapa do processo para escolha das empresas que irão manejá a área de 210 mil hectares a ser concedida. Concorrem duas cooperativas e uma microempresa do município de Jacareacanga, onde está parte da Flona.

A proposta de preço estipula quanto o vencedor da concessão vai pagar para explorar produtos e serviços florestais e equivale a 40% da pontuação total na licitação. Os outros 60% são da proposta técnica, já apresentada pelos três concorrentes habilitados.

Para vencer a concessão, o candidato deve obter a maior pontuação no somatório das propostas técnica - que diz quantos empregos o empreendedor vai gerar, qual será o número de espécies manejadas e quanto será investido para a comunidade, entre outros - e de preço.

A área total sob concessão está dividida em cinco unidades de manejo entre 19 mil e 89 mil hectares. De acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06), cada concorrente no processo licitatório pode se transformar no concessionário de duas áreas simultaneamente.

Essa limitação tem por objetivo evitar a concentração de área em poucas empresas e possibilitar que um maior número de interessados consiga manejá-la florestal de maneira ambientalmente sustentável e economicamente viável.

A Flona do Amana é uma das três flonas em processo de concessão na região da BR-163, no sudoeste do Pará, e está situada nos municípios de Itaituba e Jacareacanga. Este último registra o menor PIB per capita do país, segundo o documento "Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2007", do IBGE.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: segunda-feira, 25 de abril de 2011, 12h27.

Serviço Florestal seleciona profissional para Unidade da BR-163, no Pará

O Serviço Florestal Brasileiro inicia o processo de seleção do Chefe da Divisão de Administração e Logística para a Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR 163 de Santarém, Pará.

1. Contexto

A Unidade Regional Distrito Florestal Sustentável da BR 163 tem como competência:

I - elaborar o planejamento operacional para a sua área de competência territorial, em conjunto com as Gerências Executivas e Centros Especializados;

II - executar as atividades do Serviço Florestal Brasileiro em sua área de competência territorial em conjunto com as Gerências Executivas e Centros Especializados;

III - acompanhar equipe do Serviço Florestal Brasileiro, externa à Unidade Regional, em missão em sua área de competência territorial;

IV - identificar potencialidades e demandas regionais, nas áreas de interesse do Serviço Florestal Brasileiro, propondo ações ao Conselho Diretor e Gerências Executivas;

V - desenvolver as relações institucionais em sua área de competência territorial.

2. Perfil desejável

- profissional com formação acadêmica de nível superior nas áreas de ciências agrárias, econômicas, florestais, ou afins, com experiência mínima de 2 anos de trabalho em promoção de atividades produtivas;
- facilidade de interlocução com produtores rurais e instituições governamentais e não governamentais;
- experiência em trabalhos com comunidades, populações tradicionais e produtores familiares;
- experiência no planejamento e execução orçamentária e financeira de programas, ações e projetos;
- experiência com o setor florestal ou atividade rural;
- bom conhecimento de manejo florestal;
- aptidão para o trabalho de campo;
- disponibilidade de viagens na região;
- capacidade de interlocução com todos os segmentos sociais;
- motivação para enfrentar novos desafios;
- bom conhecimento em legislação ambiental.

Outros atributos desejáveis aos candidatos são:

- conhecimento básico da língua inglesa;
- conhecimento de informática, incluindo sistemas de informação geográfica;
- boa redação em português.

2.1. Atribuições

- auxiliar o Chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR 163 nas suas atribuições;
- realizar trabalhos de campo;

- contribuir para a implantação da Lei de Gestão de Florestas Públicas;
- apoiar o desenvolvimento e a execução das atividades do Serviço Florestal Brasileiro em sua área de competência territorial em conjunto com as Gerências Executivas e Centros Especializados;
- representar o Serviço Florestal quando solicitado;
- elaborar relatórios técnicos circunstanciados dos resultados e metas alcançados em contribuição ao relatório anual de gestão de florestas públicas, e demais relatórios técnico-financeiros institucionais.

O Candidato deverá trabalhar em estreita cooperação com os demais órgãos federais atuantes na região e diretamente relacionados à gestão de florestas públicas como o Incra, o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em especial com a equipe de coordenação e gestão das Florestas Públicas na Unidade Regional.

3. Especificidades do cargo

Trata-se de cargo de livre nomeação e exoneração, vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília, DF.O Chefe de Divisão de Administração e Logística fará jus a um DAS 101.2, observado o disposto na Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002.

4. Forma de participar

Os candidatos deverão enviar currículum vitae, incluindo contato para duas referências profissionais, e uma breve carta de apresentação (máximo de 2 páginas) discorrendo sobre sua experiência e interesse no cargo **até o dia 13 de maio de 2011**, para o endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro, gabinete@florestal.gov.br. Colocar no campo assunto: "seleção para Chefe de Divisão de Administração e Logística - BR 163". Apenas os candidatos selecionados serão notificados quanto dia e hora para uma entrevista.

Publicado: quarta-feira, 20 de abril de 2011, 12h35.

ICMBio e Serviço Florestal promovem diagnóstico sobre açaí no entorno de florestas no Pará

A ação conjunta do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possibilitou a realização do Diagnóstico Participativo do Uso do Açaí em comunidades dos municípios de Trairão, Rurópolis, Itaituba, no oeste do Pará. As atividades ocorreram entre 12 a 16 de abril.

A iniciativa partiu das próprias comunidades, que integram os Grupos de Trabalho dos Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais (Flonas), na área de influência da BR-163. A promoção de alternativas de geração de renda a partir de recursos naturais do entorno das Flonas é uma das formas de controle e consolidação dessas Unidades de Conservação (UCs), localizadas no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163.

O levantamento sobre manejo, técnicas, entre outras informações do uso do açaí - nativo e plantado - no entorno das Flonas Itaituba I, Itaituba II e Trairão vai possibilitar o conhecimento das condições de exploração, seus produtos derivados, suas cadeias de comercialização, além das áreas de plantio ou retirada do fruto nativo. A atividade enfrenta dificuldades para legalização da produção, armazenamento, transporte, beneficiamento e assistência técnica.

Por ser uma espécie importante para a promoção de cadeias produtivas sustentáveis e também por envolver as comunidades do entorno de UCs, a ação é apoiada pelo Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação, cujo objetivo é consolidar o DFS, o primeiro criado no Brasil.

A organização do Serviço Florestal e do ICMBio conta com a colaboração do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), do Instituto de Tecnologias Sustentáveis para a Amazônia (Itesan) e da Cooperativa Mista Agro Extrativista do Caracol (Coopamcol). A iniciativa é voltada somente para os moradores das comunidades e a expectativa é de que participem pelo menos 20 pessoas de cada localidade.

Nos municípios de Trairão, Itaituba e Rurópolis, o açaí é utilizado na produção de palmito em conserva e de polpa. Na região, o fruto é abundante e seu uso adequado pode significar uma melhor qualidade de vida das comunidades através do aumento da renda familiar.

Projeto BR163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação:

Além de viabilizar ações como essa, o Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação é quem subsidia com recursos financeiros as atividades dos conselhos consultivos dessas e outras Flonas na região. Também possibilita a elaboração de diversos estudos para reconhecimento dessas áreas. Fornece equipamentos e veículos para a realização de trabalhos da área de influência da BR-163. Ainda fomentar a melhoria da qualidade de ensino do manejo florestal em universidades e escolas técnicas da região, entre outras ações.

O Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação é coordenado pelo Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Conta com o apoio técnico e a gestão financeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO Brasil), os recursos do Projeto são doações da União Europeia.

Fonte: Silvia Franz Marcuzzo

Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação

Reproduzido do site www.mma.gov.br

Publicado: domingo, 17 de abril de 2011, 12h58.

Serviço Florestal marca presença na Expoforest 2011

Órgão divulgará na Feira ações como o Inventário Florestal Nacional, as concessões florestais e a chave interativa Madeiras Comerciais do Brasil

As ações do governo federal para conhecer as florestas do país e para promover a produção sustentável de madeira são alguns dos assuntos que o Serviço Florestal Brasileiro leva para a Expoforest 2011, que começa nesta quarta-feira, 13, em Mogi Guaçu (SP).

Durante a feira, que está entre os principais eventos do setor florestal e deve atrair mais de 8 mil pessoas, os visitantes terão informações sobre o Inventário Florestal Nacional, iniciativa coordenada pelo Serviço Florestal para conhecer a quantidade e a qualidade das florestas e que já conta com a parceria de seis unidades da federação.

Outro tema apresentado serão as concessões florestais, que possibilitam o acesso de empreendedores às áreas de florestas legalizadas para a produção de madeiras e de produtos não madeireiros sustentáveis por meio de contratos de até 40 anos assinados com o governo.

As concessões contam hoje 1 milhão de hectares em diferentes etapas desse processo e vão ajudar a aumentar a oferta de madeira legalizada no mercado interno, que, em 2009, absorveu 79% da madeira processada na Amazônia. O estado de São Paulo é o principal mercado, com 17% do consumo, em 2009, de toda a madeira processada na Amazônia Legal.

Além do Inventário e das concessões, quem for à Expoforest conhecerá o software Madeiras Comerciais do Brasil, uma base de dados com informações de 157 espécies. A chave interativa, desenvolvida pelo Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal, auxilia no reconhecimento de espécies madeireiras comumente comercializadas no país.

O estande do Serviço Florestal está localizado na área estática da Expoforest, próximo à praça de alimentação. A feira terá mais de 120 expositores, entre instituições governamentais e empresas de máquinas, equipamentos e serviços para a produção de florestas plantadas.

Serviço

Expoforest 2011 - Feira Florestal Brasileira

Data: 13 a 15 de abril

Horário: 9h às 17h

Local: Horto Florestal Mogi Guaçu - SP-340 Km 172

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7130/ 7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: terça-feira, 12 de abril de 2011, 13h06.

Concessão na Flona do Amana (PA) tem propostas técnicas avaliadas

Concorrentes terão cinco dias úteis para contestar o resultado. Processo de licitação se completará com análise das propostas de preço

As duas cooperativas e a microempresa que se candidataram para a concessão na Floresta Nacional (Flona) do Amana, no Pará, tiveram suas propostas técnicas analisadas pela Comissão Especial de Licitação do Serviço Florestal Brasileiro nesta quinta-feira, 7.

A Cooperativa dos Produtores Extrativistas do Rio Pindobal (Coopexbal) apresentou as melhores propostas para duas das cinco unidades de manejo florestal (UMFs) que fazem parte da concessão. Uma foi a UMF I, de 30,8 mil hectares; a outra, a UMF IV, de 42 mil hectares.

Já a Cooperativa Extrativista e Agroindustrial da Amazônia (Coopex Amazônia) obteve a maior pontuação para as unidades de manejo florestal II e V, de respectivamente, 19 mil e 89 mil hectares. A microempresa Irmãos Schweickert fez a melhor proposta para a UMF III, de 29 mil hectares.

Antes da abertura das propostas de preço - etapa que vai definir os vencedores da licitação -, os participantes terão cinco dias úteis para contestar o resultado. O prazo será contado a partir da publicação do extrato da sessão no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer entre sexta (8) e segunda-feira (11).

Manejo

As cinco unidades de manejo florestal, que somam 210 mil hectares, estão na região da influência da BR-163 (rodovia Cuiabá - Santarém) e abrangem os municípios de Itaituba e Jacareacanga, no sudoeste do Pará.

A região da BR-163 é prioritária para o Serviço Florestal por abrigar o primeiro distrito florestal sustentável do país, onde busca-se promover o uso sustentável dos recursos florestais da região, com geração de emprego e renda, em um modelo que traga os benefícios que a exploração ilegal não é capaz de oferecer.

A concessão na Flona do Amana é a primeira de uma série de outras que serão realizadas na região da BR-163. As próximas flonas a serem concedidas são a Flona do Crepori e a de Altamira, onde já foram realizadas audiências públicas para subsidiar a elaboração dos editais de licitação. Ao todo, serão disponibilizados mais de 800 mil hectares para o manejo.

Saiba mais

A escolha do concorrente que ganhará a concessão é feita por meio da avaliação de duas propostas, a técnica, que vale 600, dos 1000 pontos que podem ser obtidos, e a proposta de preço, que responde pelos 400 pontos restantes.

Na proposta técnica, o participante deve indicar, entre outros, quantos empregos vai gerar e qual a proporção deles será na região, o número de espécies que serão extraídas, o grau de processamento do produto e quantos reais por hectare serão investidos em benefícios para a comunidade.

Na proposta de preço, o candidato deve indicar quanto pagará pelo metro cúbico de madeira. O edital de concessão estipula um preço mínimo de acordo com os grupos de espécies encontrados no local da concessão.

Escolhida a empresa, é assinado um contrato de até 40 anos com o Serviço Florestal que dá ao concessionário o direito de extrair madeira e produtos não madeireiros da unidade de manejo.

Clique aqui para ver as propostas apresentadas.

Contato para a Imprensa

Divisão de Comunicação do Serviço Florestal Brasileiro

(61) 2028-7130/ 7293/ 7277/ 7125

comunicacao@florestal.gov.br

Publicado: quinta-feira, 07 de abril de 2011, 13h22.

Serviço Florestal, Fundação Roberto Marinho e Fundo Vale unidos pela qualificação profissional

Parceria vai promover difusão de informações sobre manejo e qualificação de extensionistas na Amazônia

Uma ação que une Serviço Florestal Brasileiro, Fundação Roberto Marinho, Fundo Vale e outras instituições vai difundir informações sobre a importância do manejo de florestas e capacitará profissionais para atuar no setor por meio do projeto Educação para o Manejo Florestal.

A iniciativa surgiu com o objetivo de aumentar a oferta de profissionais qualificados na Amazônia para trabalhar com a extração sustentável de madeira e de produtos não madeireiros. Estima-se que, em curto prazo, sejam necessários pelo menos 10 mil trabalhadores treinados para essas atividades.

“A demanda por profissionais qualificados para o manejo na Amazônia é grande e tende a aumentar com as concessões e com o manejo florestal comunitário”, afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Existem mais de 1 milhão de hectares em diferentes estágios do processo de concessão na Amazônia, mas a expectativa é chegar a 10 milhões de hectares nos próximos anos. Nessas áreas em que haverá o uso sustentável da floresta, será necessário contratar funcionários, principalmente locais. Mais de 80% da mão de obra das concessões têm sido recrutada nos municípios onde está a área concedida.

Na terça-feira, 5, um encontro em Belém (PA) promovido pela Fundação Roberto Marinho e pelo Fundo Vale reuniu governo e entidades ligadas ao manejo para discutir as perspectivas do mercado florestal e recolher recomendações para o projeto de educação para o manejo.

Ensino

A ideia do projeto é usar a metodologia dos telecursos da Fundação Roberto Marinho para tratar do manejo em escolas da região Norte e, assim, despertar vocações e mostrar as possibilidades profissionais em atividades sustentáveis na floresta.

Além do ensino à distância, está previsto o treinamento em campo de extensionistas para difundir as técnicas do manejo entre comunidades. Com esta ação, o projeto pretende aumentar o número desses trabalhadores na região Norte. Segundo dados de 2006, foram formados menos de 60 técnicos florestais na Amazônia.

Os benefícios da qualificação profissional tendem a se refletir na eficiência do trabalho na floresta. Um motosserrista com qualificação, por exemplo, saberá como fazer o corte com o maior aproveitamento do volume de madeira e, para isso, usará técnicas que aumentam a sua própria segurança na hora de realizar a extração. “Um profissional treinado aumenta o rendimento da atividade florestal e, por consequência, diminui a pressão sobre o recurso florestal”, afirma Hummel.

A previsão é de que o projeto Educação para o Manejo Florestal tenha início ainda em 2011 com apoio do Fundo Vale, que atua em parceria com instituições públicas e organizações do terceiro setor em ações estruturantes e transformadoras, que conciliem conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Publicado: quinta, 07 de abril de 2011, 13h14.